

Enquadramentos de quilombolas no telejornalismo capixaba: os conflitos agrários nas lentes da TV Gazeta¹

Nathália Esteves da Silva GOMES²

Rafael Bellan Rodrigues de SOUZA³

Universidade Federal do Espírito Santo, ES.

RESUMO

Este artigo se dedica a apresentar uma análise do enquadramento jornalístico do programa Bom Dia ES, da TV Gazeta (afiliada da TV Globo), pertencente ao maior grupo de comunicação do Espírito Santo, a Rede Gazeta, em relação ao conflito de terras entre as comunidades quilombolas do Norte do Estado e o agronegócio de produção de eucalipto. Como suporte metodológico, articula-se a teoria crítica de mídia (KELLNER, 2001) e os estudos de enquadramento jornalístico (SOARES, 2009). Os resultados confirmam a tendência midiática hegemônica de criminalização das lutas sociais e uma mitificação do agronegócio como saída econômica para os problemas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, enquadramento, conflitos, quilombolas, TV Gazeta

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em investigar, a partir da análise de uma matéria especial e exclusiva produzida pela TV Gazeta (afiliada da Rede Globo), mais especificamente o programa Bom Dia ES, como a emissora têm noticiado os conflitos pela terra na região Norte do Estado do Espírito Santo, entre as comunidades quilombolas do Sapê do Norte e o agronegócio do eucalipto.

Questiona-se, por exemplo, se os conteúdos produzidos e divulgados pela emissora estão a serviço de interesses privados, como o capital internacional da Fibria, líder mundial na produção de celulose de eucalipto⁴, que possui uma unidade industrial

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Mestranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Jornalismo. E-mail: Nesjornalismo@gmail.com

³ Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação em Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: Rafaelbellan@yahoo.com.br

⁴ Informação retirada do site da multinacional. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 22/04/2018.

instalada na cidade de Aracruz, além de extensas áreas de plantações localizadas em territórios, cujas titularidades, são reivindicadas por comunidades quilombolas.

Selecionamos uma matéria veiculada no dia 17 de maio de 2016, sob o título: “Furto de madeira de eucalipto gera prejuízo milionário no Norte do ES”, sendo esta apenas uma das reportagens já realizadas e que colocam a multinacional numa posição de “vítima” das ações dos povos quilombolas. Outro questionamento está relacionado à maneira como os quilombolas são representados pelo veículo de comunicação.

Moraes (2013) afirma que algumas escolhas da mídia contribuem para legitimar discursos hegemônicos constituídos. Neste caso em específico, tais escolhas do jornalismo desrespeitam não apenas os povos tradicionais e suas ancestralidades, como também à própria lei, uma vez que o direito a terra desses povos está resguardado pelo Artigo 68⁵ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Como eixo central, esse estudo fará uma articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia Crítica da Mídia, de Douglas Kellner (2001), e dos estudos de enquadramento jornalístico, de Murilo César Soares (2009).

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Logo de início é importante conceituarmos o termo quilombola. Diversos autores apresentam interpretações distintas, que remetem à época do Brasil Colônia, onde os escravos fugidos buscavam nos quilombos um lugar de proteção, segurança, igualdade de condições, liberdade e acesso a terra, com fortes referências das comunidades existentes na África e influências marcantes dos povos indígenas (BATISTA, 2011).

Já nos dias atuais, Anjos (2006) explica que o termo quilombo ganhou um novo significado, que tem como origem o campesinato negro, mas sem perder a sua característica de resistência.

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar

⁵ Disponível: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em: 10/02/2018.

uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver. (ANJOS, 2006, p. 53)

Os quilombos da atualidade, como os que constituem o grande território do Sapê do Norte, são ocupados por descendentes de escravos, que já nasceram livres, mas que fazem questão de manter suas tradições, formas de ocupação e de sobrevivência.

O SAPÊ DO NORTE

A região Norte do Espírito Santo é formada por aproximadamente 33 comunidades que, juntas, se denominam como o grande território do Sapê do Norte (OLIVEIRA, 2011). Sua população é composta por afrodescendentes, remanescentes de quilombos, organizados em sítios familiares rurais, que mantêm entre si laços de parentesco, religiosidade, solidariedade e outras práticas, que remontam a uma história, cuja memória alcança os tempos de cativo dos antepassados (FERREIRA, 2009).

Historicamente, a formação dos quilombos do Sapê do Norte data do século XIX. Segundo Ferreira (2009), estas comunidades foram constituídas ainda durante o período da escravidão, época que trouxe, forçadamente, milhares de negros e negras africanos para trabalhar nas fazendas produtoras de farinha de mandioca. Já naquela época, os negros escravizados buscavam formas de resistência ao regime por meio de rebeliões, fugas e formações de quilombos.

Mesmo com o fim oficial da escravidão, em 1888, esses espaços (quilombos) continuaram sendo ocupados pelos negros, agora “libertos”, em agrupamentos de descendentes de escravizados, estabelecidos em pequenas áreas de terras comuns e com roçados de subsistência, como cultivo de mandioca e feijão (MACIEL, 1994) e recriando uma nova forma de ocupação e existência material, simbólica e afetiva.

A partir das décadas de 60 e 70, com o projeto do Governo Militar de modernização da agricultura brasileira, outro momento marca a história e a vida dos moradores das comunidades negras do Sapê do Norte. Graziano da Silva (apud FERREIRA, 2002) lembra que foi nesta época que teve início o período de expropriação das terras quilombolas para a implantação de extensos monocultivos de

eucalipto – inicialmente destinados à produção de madeira e carvão, posteriormente à celulose e ao papel e com forte incentivo do Governo Militar brasileiro.

Complexos Agroindustriais Brasileiros são fomentados entre 1965 e 1985 em substituição aos Complexos Rurais do Período Colonial, no projeto de ‘modernização da agricultura brasileira’, que estampava o interesse do governo militar em aumentar a balança comercial com a exportação. A consolidação da agroindústria de celulose no Espírito Santo produz a maior concentração de terra que já houve em algumas regiões do Estado, terra que era responsável pela existência destas comunidades tradicionais. (p. 80)

Tal processo, além dos impactos na rica biodiversidade local, também significou a expropriação da terra, da água, do alimento, dos medicamentos e demais elementos que sustentavam a prática do campesinato negro, base da existência das comunidades tradicionais quilombolas do Sapê do Norte.

Para Pasini (2014, p.16), três fatores contribuíram para a expropriação das terras no Norte do Estado: a ausência de documentação de titularidade das terras; o plano de incentivos do Governo Militar (1964-1985); e a ocupação pelo Governo Estadual, reconhecendo as terras como devolutas. Tais fatores foram decisivos para os processos de especulação imobiliária e instalação das empresas de celulose na região: “[...] esse processo gerou um grande êxodo, provocando a saída de muitos moradores da região, com o intuito de buscar outras possibilidades de vida.”

De acordo com Arruti e De´Nadai (2007), até a década de 70 existiam cerca de 10 mil famílias na região do Sapê do Norte. Atualmente, não se sabe ao certo quantas famílias formam a região, mas o fato é que os quilombolas foram perdendo espaço no seu território ancestral, assim como a floresta nativa tropical foi sendo arrancada para dar lugar às extensas plantações de eucalipto, destinadas à produção de celulose.

Os poucos que resistiram e ainda resistem, lutam para sobreviver porque, como foi relatado anteriormente, os povos quilombolas vivem em áreas comuns, pequenos roçados de subsistência, onde a terra significa a vida e não possui nenhuma relação com a lógica mercantil da propriedade privada, de uso exclusivista.

Frente à imposição da força, muitas famílias foram obrigadas a abandonar suas terras e migrar para as cidades; outras permaneceram, em meio aos eucaliptais, com escassez de terra para os plantios, de água e alimento.

Como a terra para essas comunidades é a única possibilidade de subsistência, com a ausência dela os quilombolas precisam buscar alternativas para resistir, ocupar e

sobreviver, mais uma vez, dentro do seu próprio território. Gomes e Overbeek (2011) relatam que a única forma de trabalho possível, para as famílias quilombolas que - restaram, foi a fabricação e a venda do carvão produzidos a partir dos restos dos eucaliptos coletados nas áreas de plantio ocupadas pela Fibria/Aracruz. Mas ao decidirem fazer isso, uma nova batalha começa a ser travada pelos povos do território do Sapê do Norte que, não bastasse terem suas terras “usurpadas”, suas tradições maculadas e ameaçadas de extinção, seu sustento retirado e de viverem marginalizados e escravizados pelo sistema econômico vigente, agora são criminalizados.

A Aracruz Celulose, atual Fibria, se valendo do título jurídico de proprietária das terras quilombolas e vendo a resistência das comunidades, começa a acusar os quilombolas de roubo de madeira.

Nisso tudo, o que mais choca é a omissão e a conivência das autoridades locais, que se limitam a acusar os quilombolas de roubo de madeira e incriminar os mesmos. A polícia os prende a toda hora e sem motivos aparentes. Essa perseguição resultou em mais de sessenta quilombolas processados e/ou socialmente criminalizados, marcando a vida de chefes de famílias, donas de casas, idosos, mulheres e jovens. Pessoas de bem que, aos poucos, vão vivendo aqueles casos antigos que eram contados por nossos antepassados, quando os capitães do mato iam à caça dos escravos que se auto-libertavam. A diferença é que estamos falando de situações que acontecem agora em pleno século XXI. (GOMES e OVERBEEK (org.), 2011, p. 33)

Detentora do título de líder mundial na produção de celulose de eucalipto, que movimenta o mercado financeiro e conseqüentemente o publicitário, a Fibria reconhece a importância da mídia nesse processo de disputa pelo território. Vide as narrativas produzidas pelos grandes veículos de comunicação sobre as comunidades quilombolas. Num primeiro momento é possível observar a ausência a que essas comunidades camponesas negras, são relegadas. Já num segundo momento, as mesmas figuram em matérias policiais protagonizando enredos engenhosos e que contribuem para duas situações bem adversas: a consolidação de um estereótipo de criminalidade dos quilombolas e a manutenção dos interesses e negócios das classes dominantes.

[...] o direito constitucional introduzido pelo Artigo 68 regulamentado no decreto 4887 tem sido pretexto para a ação de grupos oportunistas titularem terras, usurparem grandes fazendeiros, empresários bem intencionados e cumpridores da lei. A ênfase na racialização das lutas sociais, segundo estes, teria impulsionado os casos de manipulação de identidades para fins exclusivamente políticos. Como estudiosa do

assunto fico admirada com a frequência que estas idéias alcançam a grande imprensa, ao mesmo tempo em que a voz dos quilombolas está sendo sempre abafada. (ALMEIDA (Orgs)... [et al], 2010, p. 28)

A imprensa brasileira insiste em noticiar um argumento que contribui para a criminalização dos quilombolas, ao mesmo tempo em que os silencia.

DESCRIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

A televisão só chegou ao Espírito Santo em 1962, doze anos depois de ter sido realizada a primeira transmissão televisiva no Brasil, em 18 de setembro de 1950, na cidade de São Paulo, pela extinta TV Tupi, pertencente à *Rede Diários dos Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand. Em terras capixabas, a população só pode ver através dessa janela mágica no ano de 1962, com a inauguração da TV Vitória (hoje afiliada da Rede Record), à época retransmissora da TV Tupi pelo canal 4. Um sinal de qualidade duvidoso e a ausência de conhecimento técnico dos profissionais, entre outras coisas, contribuíram para que em 1966 empresários locais e políticos se unissem para instalar uma TV concorrente, que seria retransmissora (sem concessão, estúdios ou qualquer produção local) da TV Globo no Estado, chamada de TV Clube Intermunicipal. Como era um empreendimento que se mantinha através de rifas e doações públicas, não tardou para o negócio chegasse ao fim, mas deixando um legado de experiência para a instalação definitiva da afiliada oficial da Rede Globo no Espírito Santo, em 1976, nasce a TV Gazeta (MARTINUZZO, 2012).

A TV Gazeta é o principal veículo da Rede Gazeta, maior grupo de comunicação do Estado do Espírito Santo, de propriedade da família Monteiro Lindenberg, que integra a elite do poder capixaba desde o final do século XIX, tendo entre seus membros representantes dos poderes executivo e legislativo estadual. O fundador do grupo Rede Gazeta, Carlos Lindenberg, foi governador do estado do Espírito Santo entre 1947 e 1951 e por um curto período em 1959. Tamanha foi a sua importância, que até uma cidade ganhou o seu nome, Governador Linbenberg. (NOVELLO et al., 2015)

Esse perfil político/econômico fica evidenciado a partir da sua atuação, o grupo de comunicação é um dos fundadores e mantenedores da ONG Espírito Santo em Ação⁶, fundada em 2003 no Espírito Santo, por um grupo de empresários.

A entidade trabalha no sentido de formar um pensamento empresarial para que as ações do setor sejam convergentes entre si e influenciem as ações governamentais. As parcerias com instituições da sociedade contribuem para fortalecer o pensamento empresarial e forjar uma aparência de consenso social. A lógica utilizada pela entidade é de que as demandas apresentadas são construídas em parcerias com outras entidades privadas e até mesmo com o poder público. Com isso, não são demandas exclusivas de um setor, mas sim demandas que beneficiam toda sociedade. (RAINHA, 2012, p. 141)

Ainda recorrendo a Rainha (2012), não apenas um, mas dois proprietários da Rede Gazeta, Carlos F. Monteiro Lindenberg Filho e Carlos F. Monteiro Lindenberg Neto, presidente do Conselho de Administração e Diretor-geral da Rede Gazeta, respectivamente, figuram entre os fundadores da ONG ES em Ação, bem como Carlos Augusto Lira Aguiar, à época, presidente da Aracruz Celulose (atual Fibria), entre outros representantes do empresariado capixaba.

Com o *slogan* “O Brasil vê o Espírito Santo pelas lentes da TV Gazeta”, a emissora de TV desde sua inauguração, até os dias atuais, é afiliada da Rede Globo no estado. A TV Gazeta cobre 15 municípios capixabas e 679.616 domicílios com televisão, o que significa 2.069.604 telespectadores potenciais⁷.

O foco principal do corpus desse estudo é uma matéria exclusiva e especial realizada pelo programa Bom Dia ES, da referida da TV Gazeta, e veiculada no dia 17 de maio de 2016, sobre roubo de madeira no Norte do Estado, sob o título: “Furto de madeira de eucalipto gera prejuízo milionário no Norte do ES”. A reportagem é de autoria do jornalista Mário Bonella (ancora do programa). Para chegar ao resultado final, uma matéria com duração de 7m36s, a equipe do telejornal passou dois dias indo a campo, produzindo imagens, coletando entrevistas e acompanhando as ações no Espírito Santo e no estado da Bahia. O Bom Dia ES é um telejornal diário, exibido de segunda a sexta-feira, sempre às 6 horas da manhã e com duração de 1h30.

⁶ Dados retirados do site da ONG. Disponível: <http://www.es-acao.org.br/index.php?id=institucional/espírito_santo_em_acao/index.php>. Acesso: 19/04/2018.

⁷ Disponível: <<https://www.redegazeta.com.br/veiculos-e-negocios/tv-gazeta/>>. Acesso: 20/04/2018.

Nosso objetivo foi verificar como o jornalismo realizado pela TV Gazeta tem abordado a questão dos conflitos agrários entre as comunidades quilombolas do Sapê do Norte e o mercado de produção do eucalipto. No local, mais especificamente na cidade de Aracruz, está instalada uma unidade industrial da Fibria (antiga Aracruz Celulose).

Antes de iniciarmos as análises propriamente ditas, precisamos apresentar os marcos teórico-metodológicos, que nortearam as investigações.

CULTURA DA MÍDIA E ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO

A mídia, além de ser a principal fonte de informação da sociedade, possui papel decisivo na formação do imaginário coletivo dessa população que ocupa os territórios. Através de sua atuação, divulga ideias e valores e, muitas vezes, reforça a ideologia dominante, criando e fortalecendo estereótipos. Para Kellner (2001), a cultura veiculada pela mídia ajuda a construir a vida cotidiana, fornecendo material para que as pessoas criem uma identidade, um senso de classe, de etnia e raça, nacionalidade e sexualidade. Além de definir o que é bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral.

As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje. A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global (KELLNER, 2001, p. 9).

Tais narrativas, por vezes, deixam de cumprir o papel social do jornalismo, que é de informar, para representar os interesses ideológicos e financeiros das elites dominantes. Ao criar um enquadramento da notícia, frequentemente, a mídia é desigual ao retratar diferentes pontos de vista, agindo com parcialidade, mesmo de que forma sutil ao olhar do público.

Já os enquadramentos são recortes que permitem ao repórter não noticiar a totalidade dos fatos, mas sim por meio de fragmentos. “O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença” (CARVALHO, 2009, p.3).

Para Bourdieu (1997), o jornalismo confere força aos jornalistas. Diversas vezes, pautas delicadas são retratadas de modo inadequado. Ao elencar o que será apresentado

e ao construir a informação, a imprensa promove o que autor chama de censura invisível, que mostra algo diferente do que é preciso mostrar, reconstruindo a informação de modo a adquirir um sentido que não corresponda a realidade.

Soares (2009) explica que o enquadramento é uma forma de representação do próprio jornalismo e que exerce forte influência nos leitores, podendo essa afirmação ser confirmada por meio de várias pesquisas empíricas. Para ele, a representação não é apenas uma informação pontual.

[...] os meios de comunicação modernos são a concretização tecnológica máxima de “representação” naquele sentido de uma reapresentação, a partir da semelhança, da figuratividade da imagem, da simulação. Como aparentam ser ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias, etc. (SOARES, 2009, p. 18-20).

Stuart Hall (2010) ao conceituar representação em sua obra, *Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*, apresenta um esboço de como os elementos textuais (imagens, linguagens) e os discursos funcionam como representação, no qual classifica em “sistemas de representação”, as questões de gênero, classes, identidade, raça e etnia são organizadas de maneira inter-relacionada, como um modo de interpretação. Em um sentido comum, ele define que a representação possui o significado de usar a linguagem para decidir algo sobre o mundo, para representar de maneira sensível o pensamento do outro, descrevendo que a representação é uma produção de sentido de conceitos em nossa mente (HALL, p.447).

Para Moraes (2013, p. 21), as escolhas da mídia contribuem para legitimar o discurso hegemônico dos projetos agroindustriais e da imprensa de massa. Sobre as características do sistema midiático, o autor é enfático: “Os projetos mercadológicos e as ênfases editoriais podem variar, menos num ponto-chave: operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas”.

A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA: TEXTOS E IMAGENS

Voltemos à análise. A matéria começa mostrando uma imagem aérea das plantações de eucalipto, seguida da seguinte narrativa do repórter Mário Bonella: “No meio das florestas de eucalipto, o clima é de tensão”. Em seguida, aparece outra imagem, agora de seguranças da empresa Fibria percorrendo de carro, na companhia dos jornalistas da TV Gazeta, a plantação. E a narrativa construída pelo jornalista Mário Bonella, continua: “Os seguranças que fiscalizam a floresta não andam armados e não querem aparecer. Esse aqui (imagem na contraluz) disse que está sendo ameaçado de morte e que ladrões de madeira já atiraram contra ele”.

Para entender como funciona a construção da notícia no telejornalismo, recorremos a Veiga (2002), que defende que em um telejornal há três tipos de regras: as técnicas, as estéticas e as ideológicas. As primeiras dizem respeito às técnicas do tempo, das imagens ao vivo, das notícias de agências, da entonação e postura do apresentador. Já as estéticas, tratam de beleza física, roupas e a maquiagem dos apresentadores, além do cenário, plano de fundo, dentre outras. Por fim, as ideológicas, “uso de determinadas imagens, expressões e palavras” (VEIGA, 2002, p. 40).

Toda essa sequência (imagens e sonoras) faz parte da técnica do telejornalismo que constrói a notícia de forma a torná-la mais verdadeira que a própria realidade, criando uma hiper-realidade. O telejornalismo busca reconstruir a verdade por meio da representação da realidade do cotidiano.

A construção da imagem passa a ter um papel mais importante do que a própria realidade. Essa inversão de valores compromete a intenção do telejornalismo, pois deforma e molda conforme os objetivos da empresa, do editor, do repórter, do cinegrafista. A encenação passa a fazer parte da realidade, onde se reproduz a entrega de uma carta, a fila de sopa, o trabalho do entrevistado. Existe um autor que determina o ângulo, o melhor momento, a melhor fala, a cena, a construção da informação e a melhor sequência, independente da linearidade temporal, não respeitando a construção lógica do entrevistado (VEIGA, 2002, p. 46)

Ao todo, foram ouvidas sete fontes (dois quilombolas, um segurança, um artesão, um agricultor, a Federação da Agricultura e o Governo do Espírito Santo), mas apenas um, dos dois quilombolas entrevistados foi identificado, Jorge de Carvalho, que concordou não apenas em falar, mas também em mostrar o seu rosto. Ainda sim, o repórter afirmou que os quilombolas reconhecem que as árvores pertencem a uma

empresa, mas que o mesmo não se vê como ladrão, porque seu pai foi enganado, há trinta anos, quando negociou a venda das terras.

Outros moradores que moram em São Mateus, que não tem terra, pega também. Tem outros moradores que mora em Conceição da Barra, que não tem terra, pega também. Tem outros moradores de Linhares, que pega também. Aí em cima dessas pessoas que fica roubando madeira fora, ela fica descontando em cima da gente, em cima, entendendo, da comunidade, vem em cima como a gente tá roubando, mas a gente não tá roubando⁸.

O direito dos povos quilombolas a terra está resguardado pelo Artigo 68⁹ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. Em nenhum momento na matéria, essa questão foi levantada ou questionada.

O enquadramento jornalístico em questão, veiculado pelo telejornalismo do Bom Dia ES constrói uma narrativa bastante questionável, colocando em jogo a credibilidade do seu jornalismo. A matéria, toda construída a partir da lógica do prejuízo e da violência, não tem entre as suas fontes a empresa Fibria, maior produtora local de eucalipto. Nem o nome da multinacional é citado. Entretanto, funcionários da empresa são entrevistados, sem mostrar o rosto e sem se identificar, a reportagem utiliza o carro da vigilância para fazer a captação de algumas imagens e ainda complementa a matéria com imagens coletadas pelas câmeras de monitoramento da empresa.

O recorte do enquadramento também desconsidera o conflito territorial existente entre os povos quilombolas e a multinacional. A questão até aparece, mas de forma isolada, como algo pouco relevante, na fala de um dos entrevistados, Seu Jorge, que foi identificado como agricultor e não quilombola.

A questão da criminalização fica clara, quando o jornalista Bonella, em mais uma das suas narrativas, afirma que “as pessoas que cortam as árvores são o elo mais fraco da corrente criminoso. Os que mais trabalham e as que menos lucram”. Situar questões sociais e lutas por direitos no âmbito de enquadramentos que favorecem aspectos jurídicos tem sido a tônica de veículos hegemônicos nas últimas décadas. O papel de reafirmação de valores hegemônicos e o delineamento dos que lutam como

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/videos/t/todos-os-videos/v/furto-de-madeira-de-eucalipto-gera-prejuizo-milionario-no-norte-do-es/5301754/>> Acesso em: 15/04/2018

⁹ http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp

vândalos e desajustados busca, via senso comum, individualizar no campo da moral ações políticas e sociais das classes subalternas.

O processo de “criminalização” dos movimentos sociais não é um fenômeno recente na América Latina, e menos ainda no Brasil. Ao contrário, o jornalismo moderno brasileiro, por exemplo, foi marcado, desde a sua origem, por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares (ARBEX JR., 2003, p. 149).

Os protestos sociais e movimentos territoriais têm uma cobertura menor na mídia e tendem a ser representados dentro de enquadramentos negativos (SOARES, 2009). Isso atesta o papel da mídia na delimitação do campo de sentido, visto que quando determinado recorte de informação é distribuído às audiências, ele pode afetar visões de mundo e comportamentos, garantindo um olhar sobre os grupos sociais que dialoga com o sentido preferencial hegemônico.

Representando as empresas do setor do agronegócio, a reportagem entrevistou o então presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo, Júlio da Rocha, que reclamou da impunidade, afirmando que a certeza do ganho fácil de dinheiro, sem a necessidade de exercer as atividades de forma legal, incentiva às ações. Com relação aos quilombolas, o presidente da Federação os classificou como “infelizes que são usados” e disse que todas as áreas são reconhecidas pela Justiça.

O secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, André Garcia, confrontou a afirmação de impunidade, dizendo que nos últimos anos a Polícia já realizou operações no Espírito Santo, na Bahia e em Minas Gerais e que mais de 300 pessoas foram indiciadas, pela Polícia capixaba. Ainda de acordo com o secretário, a grande extensão das estradas, acaba dificultando a ação da polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil político, econômico e empresarial da Rede Gazeta é claro. O diretor-geral do grupo de comunicação, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Neto é também o atual presidente do Conselho Deliberativo (Triênio 2016/2019)¹⁰ da ONG Espírito Santo em Ação, que tem entre seus mantenedores, como já citado, a empresa Fibria.

¹⁰ Disponível: <http://www.es-acao.org.br/index.php?id=institucional/estrutura_operacional/diretoria_do_trienio/index.php> . Acesso: 12/05/2018.

Com isso e a partir de tudo que foi apresentado, concluímos que o veículo se utiliza do seu poderio para legitimar um modelo econômico hegemônico, se valendo de recursos jornalísticos, mas sem deixar claro seus reais interesses, ao afirmar que o prejuízo é para o Estado, ou seja, para todos nós.

A partir do enquadramento analisado, foi possível perceber que a mídia tem produzido e divulgado conteúdos que vão ao encontro dos interesses do capital internacional, uma vez que a matéria, em todo o momento, fala de violência, medo, furto e prejuízos aos empresários, agricultores e ao Estado. Em contrapartida, a forma como os povos negros tradicionais são representados na matéria, motiva um julgamento negativo por parte do público, como explicou Kellner (2001). A construção de um estereótipo de violência, marginalidade e violação da propriedade privada, que dá o tom da narrativa, desconsidera a ancestralidade e a resistência dos povos quilombolas.

Apresentar os moradores das comunidades do Sapê do Norte como escamoteadores da madeira de eucalipto, muito mais do que criminaliza-los juridicamente, enfraquece os processos políticos de resistência, associados ao território.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf>. Acesso em: 19/09/2017.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**.

ARBEX JR., José. **O Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre mídia e poder**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

ARRUTI, José Maurício; DE NADAI Alacir. **O Projeto Territórios Negros do Sapê do Norte**. Ano 2, nº 4. Ago. 2007. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2017/10/koinonia.org.br-o-projeto-territorios-negros-do-sape-do-norte-o-projeto-tn-do-sape-do-norte.pdf>>. Acesso em: 11/05/2018.

BATISTA, Paula Carolina. **Políticas Públicas Culturais Para Construção da Identidade Quilombola**. CELACC/ECA – USP 2011. Disponível em: <<http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/295-988-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12/05/2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Decreto nº. 4887, de 23 de novembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm> Acesso em: 09/06/2017.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, vol7, nº 2. Dez, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie (org.). **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES**. Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Vitória (ES), 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/47770986/Aracruz-Credo-%E2%80%93-40anos-de-Violacao-e-Resistencia-no-ES>> Acesso em: 29/07/2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. São Paulo, 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04042005-104838/pt-br.php>>. Acesso em: 20/07/2017.

FERREIRA, Simone Raquel B. **Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES**. 2009. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=177001>. Acesso em: 26/05/2017.

HALL, Stuart. **Sin garantias: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, Universidad Javeriana Instituto de Estudios Peruanos Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador Envión editores. 2010. Disponível em: <http://www.ramwan.net/restrepo/documentos/sin_gantias.pdf> Acesso em: 04/08/2017.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Ufes, 1994.

MARTINUZZO, José Antonio. **A Televisão no Espírito Santo – Trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo**. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) / Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia

(ALCAR), Porto Alegre/São Paulo: v.1, n.2, p. 21-29, jul./dez2012. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed02/dossie/02.pdf>>. Acesso em: 18/04/2018.

MORAES; RAMONET E SERRANO. **Mídia, Poder e Contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOVELLO, G. et al. **Heranças do Coronelismo Eletrônico no Espírito Santo**: abordagem do fenômeno em três cidades capixabas. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, XX., 2015, Uberlândia. Anais 2015, Uberlândia: UFU. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-0356-1.pdf>>. Acesso em: 19/04/2018.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo**: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. Ruris, Vitória, v. 5, n. 2, set. 2011.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/livros/Direitos_quilombolas_&_dever_de_Estado.pdf>. Acesso em: 10/08/2017.

PASINI, Isabela Leão Ponce. **Conflito Territorial e Soberania Alimentar**: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte - ES. 2014. 269 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4211/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 27/07/2017.

RAINHA, Jamila. **Articulação de Interesses entre Setor Privado e Poder Público**: o Movimento Empresarial Espírito Santo Em Ação e o Governo do Estado do Espírito Santo. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2012. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5921_.pdf>. Acesso em: 12/05/2018.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

TV GAZETA. **Furto de madeira de eucalipto gera prejuízo milionário no Norte do ES**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/videos/t/todos-os-videos/v/furto-de-madeira-de-eucalipto-gera-prejuizo-milionario-no-norte-do-es/5301754/>>. Acesso em: 15/04/2018.

VEIGA. Z. **Telejornalismo e Violência Social: A construção de uma imagem**. Curitiba: Pós-Escrito, 2002.